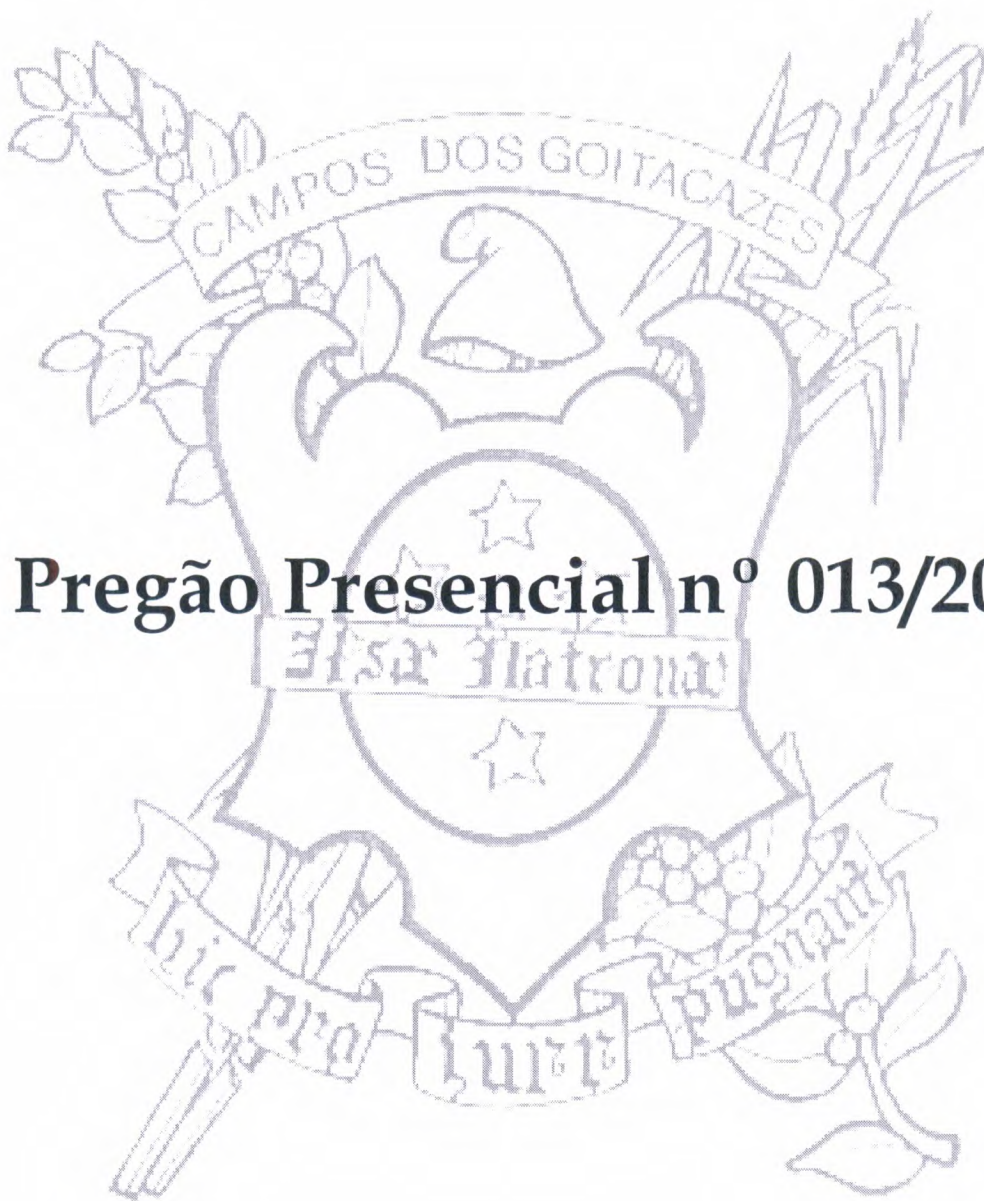




PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOITACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 013/2021

Processo nº 2021.204.000186-5-PR
Data: 02/08/2021



Pregão Presencial nº 013/2021



1- PREÂMBULO

1.1- Torna-se público para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reunião de Licitação da **Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, situada à Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado nº 47 - Pq. Santo Amaro, telefone nº (22) 98175-2073**, será realizada a licitação na modalidade Pregão Presencial, **EXCLUSIVO PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVA EQUIPARADA**, cujo Edital recebeu o nº **013/2021** para a contratação do objeto abaixo descrito.

1.2- A licitação será do tipo **menor preço** e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações da Lei nº 8.883/94, Decreto Municipal nº 65, de 16 de fevereiro de 2005, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e as cláusulas e condições constantes deste Edital.

1.3. Os documentos para habilitação bem como a proposta deverão ser entregues em envelopes separados, lacrados, com identificação externa do seu conteúdo (**nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope**), às **10h (dez horas) do dia 14 de setembro de 2021**, no local indicado no subitem 1.1, ou no mesmo local e hora, no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente na data marcada para realização desta licitação.

1.4. Integram este Edital, independentemente de transcrição:

1.4.1- Formulário de Proposta - Anexo I

1.4.2- Minuta de Contrato - Anexo II

1.4.3- Modelo de Carta de Credenciamento - Anexo III

1.4.4- Modelo de Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas - Anexo IV

1.4.5- Modelo de Declaração de que cumpre os Requisitos de Habilitação - Anexo V

1.4.6- Modelo de Declaração para Microempresa e EPP - Anexo VI

1.4.7- Termo de Referência - Anexo VII

1.5- As empresas interessadas em retirar o presente Edital deverão fazer requerimento dirigido ao Pregoeiro solicitando a retirada, em papel timbrado (necessidade de conter os dados da empresa para comunicar, se necessário for, eventual alteração no Edital e seus



anexos) e entregar 01 (uma) resma de Papel A4 ou poderão efetuar o download do Edital através do site oficial da PMCG, a saber, <https://campos.rj.gov.br/licitacoes.php>.

2- DO OBJETO

2.1 - O objeto da presente licitação é a **aquisição de material e equipamentos de jardinagem para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e o Centro Administrativo José Alves de Azevedo - CAJAA**, conforme descrito nos Anexos I e VII deste Edital.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1- Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo pertinente ao objeto desta licitação, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

3.1.1 - A participação neste Pregão é exclusiva para **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE e COOPERATIVAS EQUIPARADAS**, conforme instituído pelo art. 48, I da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Art. 55 da Lei Municipal nº 8.768/17.

3.1.2 - Entende-se por Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) aptas a participar do presente certame aquelas definidas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no §4º deste mesmo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

3.1.3 - Entende-se por Microempreendedor Individual - MEI apto a participar do presente certame aquele definido no Art. 18A da Lei Complementar nº 123/06 e regulamentado na Lei Complementar nº 128/08, sendo esta modalidade de Microempresa.

3.1.4 - Equiparam-se as ME e EPP as Sociedades Cooperativas de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art. 34 da Lei 11.488/07.

3.1.5 - Deverão apresentar a Declaração de Enquadramento de ME ou EPP - Anexo VI - o licitante, para fins de obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06 e suas alterações, declarando ser Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou Sociedade Cooperativa de Consumo nos termos da legislação vigente.

3.2- Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Prefeitura ou impedidas de licitar com a Administração Pública.



102
May

3.3- Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas para o mesmo fim.

3.4- A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

3.5 - Não será admitida a participação de Licitantes que não apresentarem a Declaração de Enquadramento de ME ou EPP - Anexo VI.

4- DO CREDENCIAMENTO

4.1- No dia, hora e local designados para recebimento dos envelopes, cada empresa licitante far-se-á representar por seu titular, ou pessoa devidamente credenciada e somente estes poderão atuar na formulação de propostas e na prática dos demais atos inerentes ao certame. No ato da Sessão Pública serão efetivadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para representação ou credenciamento através da apresentação dos documentos, **em original ou cópia autenticada**, conforme abaixo:

4.1.1- Se a empresa se fizer representar por seu sócio, deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

4.1.2- Quando MEI - Microempreendedor Individual, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, disponível no www.portaldoempreendedor.gov.br.

4.1.3- Quando o licitante for Cooperativa Equiparada deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

4.1.4- Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível, para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

a. Carteira de Identidade ou documento equivalente que contenha foto do credenciado;

4



b. **Procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou Carta de Credenciamento com firma reconhecida, conforme modelo em anexo, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, documento este a ser apresentado, visando a comprovação da condição do titular para delegar poderes ao representante a ser credenciado, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.**

4.1.5- Os documentos relativos ao Credenciamento deverão ser apresentados ao pregoeiro, no momento da licitação, EM SEPARADO dos envelopes de documentação e proposta, sob pena da empresa ser considerada sem representação. Em hipótese nenhuma será admitida a abertura dos envelopes para retirada ou inclusão de quaisquer documentos.

4.2- Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos dos subitens anteriores.

4.3- As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, ou aquelas que, por qualquer razão, não conseguirem se credenciar no início da sessão, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta, e desde que apresentem cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação (esta com firma reconhecida), em separado dos envelopes de proposta e documentação.

4.4- As empresas licitantes que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas nos itens supramencionados, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todo e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso, inclusive aqueles relativos à fase de Habilitação, atos e decisões formais do pregoeiro.

4.5- O representante que estiver credenciado pela licitante, somente poderá ausentar-se do local de realização da sessão por motivo devidamente justificado e mediante autorização expressa do pregoeiro, sob pena da empresa ser considerada sem representação a partir daquele momento.

5- DA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ME ou EPP

5.1 – As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, deverão declarar sua condição, sob as penas da lei, conforme Anexo VI deste Edital.

[Handwritten signature]



5.1.1. A declaração de que trata o subitem anterior deverá ser entregue ao pregoeiro em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO".

5.2 – A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei Municipal nº 8.768, de 11 de agosto de 2017, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

5.3 – Somente poderão usufruir dos benefícios dos arts. 42 a 48 da Lei Complementar nº 123 as ME's e EPP's devidamente credenciadas, de acordo com os itens 4 e 5, e presentes na sessão do pregão.

6- DA PROPOSTA

6.1- O Formulário Padronizado de Proposta, referido no subitem 1.4.1, ou Proposta Comercial Automática, ou ainda a proposta elaborada em papel timbrado da licitante deverá ser preenchido pela licitante onde constará:

- a) assinatura do representante legal da empresa;
- b) indicação obrigatória do preço, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como a marca e modelo do produto oferecido;
- c) Na hipótese de não constar na referida proposta a indicação de marca e/ou modelo do objeto cotado pela licitante, o pregoeiro solicitará que o representante da empresa declare qual é a marca e/ou modelo, para fins de registro na ata da sessão, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos a contar da convocação pelo pregoeiro. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.1.1- Na fase de julgamento das propostas, será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, podendo o Pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2- Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital, além daquelas propostas onde não sejam legíveis ou apresentem rasura ou uso de qualquer tipo de corretivo nos valores em algarismo e/ou por extenso, devendo ser utilizado, **PREFERENCIALMENTE**, a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, conforme arquivo entregue junto ao presente edital.

6.2.1 – Caso não seja apresentada a PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA, ressalte-se que a proposta da empresa, apresentada nos formatos previstos neste edital, não será desclassificada. Entretanto, cumpre destacar a importância do preenchimento (na forma automática) para celeridade da sessão pública.



6.3- A PROPOSTA COMERCIAL AUTOMÁTICA deverá ser impressa e apresentada dentro do envelope de Proposta, bem como deve ser salva em CD / DVD / PEN-DRIVE - (O Pen-drive será devolvido a empresa, após a leitura da Proposta Comercial Automática), que também deverá constar no Envelope.

6.4- Sendo utilizado o papel timbrado da empresa licitante, esta deverá através de seu representante legal prestar declaração de que o objeto ofertado atende, INTEGRALMENTE, as especificações constantes no Edital. Na hipótese da referida declaração não constar da proposta, o pregoeiro solicitará que o representante legal declare de próprio punho na proposta comercial, no momento da abertura dos envelopes. Se houver recusa por parte do mesmo, ocorrerá a imediata desclassificação de sua proposta.

6.5- Tanto o Formulário de Proposta (subitem 1.4.1) quanto a Proposta no papel timbrado da licitante, bem como a Proposta Comercial Automática, deverão ser acondicionados em envelope lacrado no qual se identifique, externamente, o nome da licitante, o número, a data da licitação e o tipo de envelope.

6.6- O CNPJ da proponente, habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

7- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E JULGAMENTO

7.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das empresas licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o pregoeiro receberá, em envelopes distintos, devidamente lacrados, os documentos exigidos para proposta e a habilitação. Os envelopes deverão indicar o nome do proponente, o número deste PREGÃO e seu conteúdo: "PROPOSTA" - "DOCUMENTAÇÃO".

7.2- Aberta a sessão, o pregoeiro convocará os interessados ou seus representantes para que entreguem, não só os documentos de que trata o subitem anterior mas, toda documentação relativa a presente licitação, quer seja, a declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (podendo ser utilizado o modelo em anexo), toda documentação relativa ao credenciamento (vide item 4), além dos envelopes de "proposta" e "documentação". Tão logo se efetive a entrega destes documentos, o pregoeiro iniciará o credenciamento das licitantes. Terminado o credenciamento não serão admitidos novos licitantes ao presente certame.

7.2.1- No que tange aos documentos do credenciamento e a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação, por serem apresentados em separado dos envelopes, o pregoeiro poderá solicitar a complementação dos mesmos desde que a documentação faltante esteja em poder do representante presente a sessão.



7.3- As empresas que decidirem pelo envio do envelope, sem a participação na fase de lances, conforme definido na parte final do subitem 4.2, deverão encaminhar cópia autenticada do contrato social e a declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação, com firma reconhecida, bem como a Declaração de Enquadramento como ME ou EPP – Anexo VI, em envelope separado da documentação e proposta, para que se promovam as devidas verificações quanto aos citados documentos. A não apresentação de qualquer um dos dois documentos em questão acarretará no impedimento da empresa em participar do certame. Por outro lado, o licitante devidamente credenciado, que não apresentar a referida declaração, poderá preenchê-la de próprio punho na fase inicial do certame.

7.4- Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

7.5- Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

7.6- No curso da Sessão, dentre as propostas que atenderem aos requisitos do item anterior, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais, de valores distintos e decrescentes, até que as empresas licitantes manifestem desinteresse em apresentar novos lances e se proclame o vencedor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

7.9- É vedada a oferta de lance verbal com vista ao empate.

7.10- A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela empresa para efeito de ordenação das propostas.

7.11- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item 7.6, o pregoeiro, atendendo ao que estabelece o Art. 4º. Inciso IX da Lei nº 10.520/02, adotará os seguintes critérios:

7.11.1- Quando houver somente um preço válido proposto, o pregoeiro convocará as duas melhores propostas subsequentes, completando o número de três para que seus autores possam apresentar lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, quaisquer que sejam os preços inicialmente ofertados;



7.11.2- Quando houver dois preços válidos propostos, o pregoeiro convocará somente uma proposta subsequente, visando completar o número de três, para que seus autores possam apresentar lances verbais, na forma do disposto na parte final do subitem 7.11.1;

7.11.3- Caso não haja representante credenciado, dentre as empresas convocadas para completar o número de três, na forma dos subitens 7.11.1 e 7.11.2, serão considerados os preços ofertados pelas empresas do envelope de proposta, para efeito de classificação final, não havendo qualquer hipótese de nova convocação de licitantes remanescentes para oferta de lances verbais;

7.11.4- Somente será efetivada a competição, relativamente à oferta de lances verbais, com as empresas licitantes devidamente credenciadas, aptas para tal fim.

7.12- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagadas pelo pregoeiro, as empresas licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13- Encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.14- O pregoeiro efetuará o julgamento da proposta de **menor preço por item**, após o encerramento da etapa de lances e eventual exercício do direito de preferência, podendo negociar diretamente com o licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

7.15- Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, **não sendo admitida, em hipótese nenhuma, a adjudicação do objeto por valor superior ao definido no subitem 15.1.**

7.16- Sendo aceitável o preço ofertado, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **"HABILITAÇÃO"** da empresa que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 8** deste Edital.

7.17- Serão inabilitadas as empresas licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no **item 8** deste Edital.

7.18- No caso de inabilitação da proponente que tiver apresentado a melhor oferta **ou** de reprovação da amostra - quando for o caso - apresentada pela licitante, o pregoeiro reabrirá a etapa de lances na forma do **subitem 7.6 e seguintes**.

7.18.1- Encerrada a nova etapa competitiva e reordenada às ofertas, será considerada vencedora a empresa licitante que oferecer a proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**, sendo analisados os documentos habilitatórios da mesma.



7.18.2- Na hipótese desta licitante ser inabilitada, será novamente reaberta a etapa de lances, e assim sucessivamente, até que uma licitante atenda às condições fixadas neste Edital.

7.19- Ocorrendo a hipótese do **subitem 7.18**, o pregoeiro observará o disposto no **subitem 7.14** e poderá, ainda, negociar com a licitante no sentido de se obter melhor proposta.

7.20- Verificado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a empresa licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo pregoeiro.

7.21- O pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

7.22- Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todas as empresas licitantes presentes a final do Pregão.

8- DA HABILITAÇÃO

8.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

8.1.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.2.1- Quando MEI - Microempreendedor Individual, este deverá apresentar o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

8.1.2.2- Quando o licitante for Cooperativa Equiparada deverão ser apresentados os seguintes instrumentos: Cópia autenticada dos estatutos sociais e suas alterações posteriores; Ata de posse da atual diretoria, ambas devidamente registradas na Organização das Cooperativas Brasileiras ou em entidade estadual, se houver;

8.1.3- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



8.1.5- Os objetivos sociais deverão estar em harmonia com o objeto ora licitado, sob pena de inabilitação.

8.2- REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

8.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

8.2.3- Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

8.2.4- Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, bem como perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (Certidão Negativa de Débitos – CND), exigida no artigo 47, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.212/91 e alterações posteriores;

8.2.5- Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.6- Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.7- Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.2.8- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Esta certidão poderá ser retirada através do site www.tst.jus.br/certidao;

8.2.9- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

As licitantes deverão declarar que não empregam menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregam menor de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. A declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal deverá ser prestada nos termos do modelo em Anexo.

8.2.10- Deverão ser fornecidas Certidões Negativas da Dívida Ativa sempre que os documentos de comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais apresentadas, fizerem referência expressa de que não atestam a regularidade



da licitante em relação à Dívida Ativa das citadas Fazendas; para as sociedades empresárias situadas no Estado do Rio de Janeiro deverão apresentar prova de regularidade com a Dívida Ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado.

8.2.11- Quando o crédito tributário encontrar-se com sua exigibilidade suspensa, no lugar das Certidões Negativas de Débito pode-se apresentar Certidão Positiva com efeito de Negativa, segundo disposto no art. 206 do Código Tributário Nacional.

8.2.12- Os documentos relacionados no subitem 8.2 deverão ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes.

8.2.13 - As **microempresas e empresas de pequeno** porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.13.1 - No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

8.2.13.2 - A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo **subitem 7.18**.

8.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

8.3.1- Comprovação de capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado desta licitação.

8.3.1.1- Caso a comprovação seja realizada através do patrimônio líquido, a licitante deverá apresentar o balanço patrimonial exigível na forma da lei.

8.3.1.2- Na hipótese de ser constatado, ao final da sessão, que os itens vencidos por algum licitante superam o limite estabelecido no subitem anterior, o pregoeiro oportunizará ao representante da empresa que informe em que item(ns) pretende figurar como detentor do registro.

8.3.1.3- Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o pregoeiro identificará o(s) item(ns) remanescente(s); encaminhará o(s) mesmo(s) ao(s) licitante(s) classificado(s) em 2º lugar (em cada item, conforme o caso), devendo, sempre que possível, negociar diretamente com o respectivo(s) licitante(s) para que seja obtido preço melhor; e decidirá sobre a sua aceitação da oferta.



8.3.1.4- Fica estipulado que, ocorrendo o disposto no subitem 8.3.1.1 e estando a empresa sem representação (independente do motivo), caberá o pregoeiro definir os itens que serão registrados em favor da empresa, devendo ser dada preferência a ordem crescente da planilha de preços (Anexo I).

8.3.2- Certidão(ões) Negativa(s) de Recuperação Judicial - Lei 11.101/05 (falências e concordatas), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, a menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes contendo os documentos e a Proposta Comercial das licitantes, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.3.2.1- Para a licitante sediada na Cidade de Campos dos Goytacazes, esta prova será feita mediante apresentação de Certidão passada pelo Cartório Único de Registro de Distribuição, sendo dispensada a apresentação do documento exigido no subitem 8.3.3.

8.3.2.2- Caso a licitante esteja em processo de recuperação judicial, poderá apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos subitens 8.3.2 e 8.3.3, certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar de procedimento licitatório.

8.3.3- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com a(s) certidão(ões) exigida(s), declaração/certidão passada pelo Foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falências ou concordatas. Em caso da declaração apresentar validade expressa, esta deverá ser observada. Por outro lado, se dela não constar prazo de validade, esta será de 90 (noventa) dias a contar de sua emissão.

8.3.3.1- Na hipótese da Certidão de que trata o subitem 8.3.2 ser emitida pela Corregedoria ou órgão equivalente do respectivo Tribunal de Justiça, será facultativa a apresentação do documento solicitado no subitem anterior.

8.4- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1 - Atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, este último **com firma reconhecida**, comprovando que a licitante forneceu materiais semelhantes ao objeto deste edital.

8.5- INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

8.5.1- Os interessados em participar desta licitação, inscritos no Cadastro da **PMCG**, (CRC), poderão substituir os documentos listados em 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3 pelo Certificado de Registro no referido Cadastro, devidamente atualizado.



8.5.1.1- Por Certificado de Registro devidamente atualizado, entenda-se aquele em vigor na data da realização desta licitação.

8.5.2 – As licitantes que entregarem o Registro Comercial Individual, Contrato, Estatuto Social ou documento equivalente, devidamente autenticados no momento do credenciamento, estão dispensadas da exigência do subitem 8.1 na fase de habilitação.

8.6- DA DOCUMENTAÇÃO

8.6.1- Os documentos exigidos para esta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação, estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto formalmente estabelecido. Os funcionários do Setor de Licitações não autenticarão documentos, cabendo o pregoeiro e/ou Comissão apenas as atribuições de receber, examinar e julgar os documentos. Os documentos e certidões emitidas pela Internet terão, conforme o caso, sua autenticidade verificada no momento do certame. Caso a licitante opte por entregar os documentos originais, tanto no credenciamento quanto no envelope de documentação, deve estar ciente de que aqueles não serão devolvidos em hipótese alguma.

9- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1- Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.2- O prazo para apresentação de recursos começará a contar após o prazo previsto para a Habilitação Diferenciada para ME e EPP, quando esta ocorrer, conforme item 8.2.13.1 deste Edital.

9.2- A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto ao resultado do certame, importará decadência do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

10- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer



fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e Contrato.

10.2- A falta de regularização da documentação no prazo previsto no subitem 8.2.13.1 sujeitará o licitante à aplicação das sanções previstas neste item.

10.3- O não comparecimento da licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, ficando sujeita às sanções legais cabíveis.

10.4- Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

10.5- Em caso de atraso **no fornecimento**, objeto desta licitação, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor total do material, por dia útil excedente.

10.6- Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

11- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1- A despesa correrá pelo código 04.122.0095.2271.0000, relativo ao Programa de Trabalho e pelas Natureza de Despesas 44905299 e 33903022.

12- DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1 - PRAZO DE ENTREGA

12.1.1- O prazo para entrega do objeto será de 05 (cinco) dias, conforme item 7 do Termo de Referência (Anexo VII), elaborado pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

12.1.2- O prazo a que se refere o subitem anterior começará a fluir no dia seguinte ao recebimento pela adjudicatária da **Ordem de fornecimento** a ser emitida pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

12.1.3- Em se tratando de compras, o objeto será recebido:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

15



b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

12.2- LOCAL DE ENTREGA

12.2.1- O licitante vencedor desta licitação terá que entregar o que lhe for adjudicado, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes-RJ, situado na Av. XV de Novembro, 170/174, bairro Sumaré, Campos dos Goytacazes - RJ, de segunda a sexta feira, das 8:00 às 16:00 horas, exceto feriados, conforme item 7 do Termo de Referência (Anexo VII), elaborado pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

12.3- FORMA DE FORNECIMENTO

12.3.1- O objeto desta licitação, se contratado, será fornecido de forma integral.

13- DA CONTRATAÇÃO

13.1 - O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo **03 (três) dias úteis**, contados da convocação da **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos** para a sua formalização, devendo a empresa estar portando os certificados de regularidade perante o FGTS, INSS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, ou certidão positiva com efeito negativo.

14- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

14.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa ou empresa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.1.1 - As impugnações, solicitação de esclarecimentos ou providências a respeito de condições do edital tratadas no subitem anterior poderão ser **encaminhadas por e-mail para o seguinte endereço pregao@campos.rj.gov.br**;

14.1.2- Os recursos administrativos também poderão ser encaminhados através do e-mail supracitado.

15- DO VALOR

15.1- O valor total estimado pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**, para esta licitação, é de **R\$ 34.421,79 (trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta e nove centavos)**.

16- DO PAGAMENTO



16.1- Pelo fornecimento do objeto deste Edital, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos** pagará à contratada, a importância total que vier a ser pactuada, até 30 dias após o fornecimento.

16.2- A contratada deverá apresentar a documentação legalmente exigível para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil da data final do período de adimplemento da parcela de obrigação, mediante requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda, através do Protocolo.

16.3- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, CNPJ nº 29.116.894/0001-61.

16.4 - O pagamento da parcela será efetuado pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos** à **CONTRATADA**, até 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento da obrigação respectiva, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes.

16.5 - O pagamento da obrigação, não sendo efetuado no prazo previsto no subitem 17.4 e, desde que o atraso decorra de culpa da **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**, será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) de multa calculado sobre a parcela devida. A compensação financeira será de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, calculada sobre a parcela devida.

16.6 - O pagamento da multa e da compensação financeira, a que se refere o subitem 17.5, será efetivado mediante autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Campos dos Goytacazes, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da contratada, dirigido a Ilustríssima Senhora Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano e Social.

16.7- Caso a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos** efetue o pagamento devido à contratada, em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida, 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação;

16.8 - Na hipótese da cobrança apresentar erros, a **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos** devolverá os documentos equivocados à contratada, para fins de substituição.

16.8.1 - O pagamento, após apresentação da nova cobrança, será efetuado no prazo que remanescer dos 30 (trinta) dias a que se refere o subitem 17.4, sem a multa e a compensação financeira estipuladas no subitem 17.5;



16.9 - Fica vedado à contratada negociar, efetuar cobrança ou descontar a duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobrança em carteira simples, ou seja, diretamente na contratante.

17- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

17.2- É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.3- O pregoeiro dirimirá as dúvidas que suscitem a presente licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis contados da data fixada para abertura dos envelopes.

17.4- Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

17.5- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente.

17.6- O Município de Campos dos Goytacazes poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

17.7- Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o Foro competente é o da Comarca de Campos dos Goytacazes, excluído qualquer outro.

Campos dos Goytacazes, 02 de agosto de 2021.

Wainer Teixeira de Castro

- Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos -

Wainer Teixeira de Castro
Secretário Municipal de Administração
e Recursos Humanos
Mat.: 40.283



Anexo I - Proposta Comercial

<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO</u> <u>(conforme especificações do anexo</u> <u>do Termo de Referência)</u>	<u>QUANT</u>	<u>UNID</u>	<u>MARCA</u>	<u>PREÇO</u> <u>UNITÁRIO</u> <u>EM</u> <u>ALGARISMO</u> <u>(R\$)</u>	<u>PREÇO</u> <u>TOTAL EM</u> <u>ALGARISMO</u> <u>(R\$)</u>
01	Pá quadrada com cabo de madeira	20	UNID			
02	Ancinho curvo leve, temperado em todo o copo da peça	20	UNID			
03	Vassoura jardim, metálica, jardinagem, 22 dentes	20	UNID			
04	Vassoura tipo gari, cepa de madeira 37,5 cm	60	UNID			
05	Tesoura para grama 12", cabo de madeira, novo	20	UNID			
06	Enxada larga 2,5 libras, com cabo	20	UNID			
07	Enxadão, com cabo	20	UND			
08	Cavadeira articulada metálica, com cabo em madeira 110cm	20	UNID			
09	Cavadeira Reta 9" com cabo de madeira 120cm	20	UNID			
10	Carrinho de mão extraforte	20	UNID			
11	Tesoura de poda para poda leve	20	UNID			
12	Cortador de grama com potência de 6,5 HP à gasolina 4T	02	UNID			



Fig.: 1/3
AKP

<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO</u> <u>(conforme especificações do anexo</u> <u>do Termo de Referência)</u>	<u>QUANT</u>	<u>UNID</u>	<u>MARCA</u>	<u>PREÇO</u> <u>UNITÁRIO</u> <u>EM</u> <u>ALGARISMO</u> <u>(R\$)</u>	<u>PREÇO</u> <u>TOTAL EM</u> <u>ALGARISMO</u> <u>(R\$)</u>
13	Roçadeira semi-profissional, motor 2 tempos com potência de 43cc	02	UNID			
14	Podador para uso em parques, praças, jardins e também para podas domésticas	02	UNID			
15	Podador de galhos, haste telescópica, voltagem: 220v	02	UNID			
16	Facão para mato aço carbono 15"	20	UNID			
17	Lavadora de alta pressão	02	UNID			
18	Luva de segurança modelo standart	100	PAR			
19	Protetor Auditivo Tipo Concha	60	UNID			
20	Escada 100% alumínio extensiva 2 x 11 degraus 3,37 x 5,61 m	02	UNID			
21	Torre de andaime completa, contendo 10 peças de 1,00x1,50m, sendo o último andar funcionando como guarda-corpo	01	UNID			
22	Óculos de proteção individual, fabricado em policarbonato virgem de alta qualidade	100	UNID			

O preço acima considera todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 013/2021, e ainda, todos os custos com mão-de-obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre a aquisição.



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 013/2021

Processo nº 2021.204.000186-5-PR
Data: 02/08/2021

A validade dos preços e condições desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data estabelecida no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº 013/2021, para a abertura dos envelopes contendo a documentação e Proposta Comercial das licitantes.

A licitante formuladora desta proposta tem conhecimento integral do edital e seus anexos, inclusive das especificações que constam no anexo do Termo de Referência, elaborado pela **Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos**.

Declaro, sob as penas da lei, que o(s) objeto(s) ofertado(s) atende(m) a todas as especificações constantes no Edital.

Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do Representante
Legal ou Preposto da Licitante e carimbo



Anexo II – Minuta de Contrato

CONTRATO Nº ____/2021.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, com sede na Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47, Parque Santo Amaro, Campos dos Goytacazes/RJ, inscrito no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº _____, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Senhor Secretário, _____, e a empresa _____, doravante denominado simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo seu _____, portador do documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, CPF nº _____, em decorrência do resultado da licitação nº **013/2021, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, com fundamento na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com redação da Lei n.º 8.883/94, no Decreto Municipal nº 65, de 16 de fevereiro de 2005, de acordo com o processo nº **2021.204.000186-5-PR**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O objeto do presente é a **aquisição de material e equipamentos de jardinagem para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e o Centro Administrativo José Alves de Azevedo - CAJAA**, conforme descrito nos Anexos I e VII do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas



- detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- b) Resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos, no processo nº **2021.204.000186-5-PR** e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento objeto deste **CONTRATO**, desde que não acarrete ônus para o **CONTRATANTE** ou modificação do instrumento;
- c) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta do presente Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste **CONTRATO**, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento do **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital nº **013/2021**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caberá ainda a CONTRATADA:

- I) arcar com todas as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, bem como carga e descarga, de todos os bens objeto deste **CONTRATO**;
- II) entregar nos locais e prazos indicados pela **CONTRATANTE**;
- III) responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis, técnicos, empregados, prepostos ou subordinados;
- IV) responder exclusiva e integralmente, perante o **CONTRATANTE** pelo fornecimento;
- V) responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;



- VI) substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações.
- VII) Comprovar, a cada fatura emitida, a regularidade perante o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA QUARTA DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto deste **CONTRATO**, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais pertinentes, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância total de R\$ _____, já inclusos todos os custos relacionados com despesas decorrentes de exigência legal ou das condições de gestão deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA DO PAGAMENTO

O pagamento do valor devido, conforme proposta da **CONTRATADA**, será efetuado, de forma parcelada, pelo **CONTRATANTE**, após cada entrega do objeto da licitação, até o 30º (trigésimo) dia, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, com a discriminação do objeto executado, devidamente atestada e visada pela administração do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A presente despesa, no valor global de R\$ _____, correrá por conta da Dotação Orçamentária existente nos Programas de Trabalho P.T. _____ e pela Natureza de Despesa _____, com cobertura através da Nota Empenho nº _____ de _____.

CLÁUSULA SÉTIMA DO REAJUSTE

O preço do qual está sendo contratado o objeto da licitação será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES

Em caso da **CONTRATADA** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo



prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais comunicações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** multa administrativa graduável conforme a gravidade da inflação, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** ficará sujeita, em caso de atraso na execução do objeto, à multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia útil excedente ao prazo estabelecido.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a **CONTRATADA** não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será então acrescido os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA NONA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da aplicação das sanções definidas na cláusula anterior caberão os recursos previstos no art.109 da lei nº 8666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindindo, mediante notificação, sem prejuízo do disposto na Cláusula Oitava.

PARÁGRAFO ÚNICO. Ficarà o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- a) Atraso injustificado na execução do objeto contratado;
- b) Paralisação da entrega sem justa causa ou previa comunicação à administração;
- c) Subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como fusão, cisão ou incorporação que afete a execução do presente Contrato;
- d) **Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como a de seus superiores;**
- e) Cometimento reiterado de falhas na execução deste contrato;
- f) Decretação de falência;



- g) Dissolução da empresa;
- h) Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que, a juízo da administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) Protesto de títulos ou emissão de benefícios sem a suficiente provisão, que caracterize a insolvência da **CONTRATADA**;
- j) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo total para entrega do objeto deste contrato é de 05 (cinco) dias, de forma integral, de acordo com o Termo de Referência (Anexo VII do edital da licitação).

PARÁGRAFO ÚNICO - A contagem do prazo contratual terá início no dia seguinte ao recebimento, pela **CONTRATADA**, da ordem formal autorizando o início da execução contratual, a ser emitida pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA FORMA DE FORNECIMENTO

O objeto deste contrato será fornecido de forma integral, nos termos do Termo de Referência (Anexo VII).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA PUBLICIDADE

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Campos dos Goytacazes, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA VINCULAÇÃO À LICITAÇÃO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Pregão nº 013/2021, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 013/2021

Processo nº 2021.204.000186-5-PR
Data: 02/08/2021

CONTRATADA, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo nº **2021.204.000186-5-PR**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente **CONTRATO**, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Campos dos Goytacazes, _____ de _____ de 2021.

Contratante:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS
HUMANOS**

Contratada: _____

Testemunhas: _____



Anexo III - Carta de Credenciamento

(Modelo)
CRENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr (a)
....., portador (a) da Cédula de
Identidade nº e CPF sob o nº a
participar da Licitação instaurada pela *SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
E RECURSOS HUMANOS*, na modalidade **PREGÃO nº 013/2021**, suprarreferenciada, na
qualidade de *Representante legal da Empresa*, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se
em nome da empresa, **bem como**
formular propostas, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição,
assinar contratos e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Campos dos Goytacazes, dede 2021.

**Representante legal da empresa com firma reconhecida e
carimbo da licitante**



127
RMO

Anexo IV - Declaração de que cumpre as Leis Trabalhistas

(Modelo)

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 013/2021

.....,

(nome da empresa)

inscrita no CNPJ/MF sob o número....., por
intermédio de seu representante legal o (a) Sr
(a)....., portador (a) da Carteira de
Identidade nº..... e do CPF nº

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho
de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor
de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Emde.....de 2021.

**Representante legal da empresa e
carimbo da licitante**

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



Anexo V – Declaração que Cumpre os Requisitos de Habilitação

(Modelo)

DECLARAÇÃO

...../

(nome da empresa)

CNPJ ou CIC nº, declara, sob as penas da Lei e em
cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02, que cumpre
plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital da licitação por **PREGÃO Nº
013/2021**.

Campos dos Goytacazes, dede 2021.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



Anexo VI – Declaração de Enquadramento de ME ou EPP
(Modelo)
DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão nº 013/2021

.....(razão social do licitante) com
endereço na

.....
inscrita no CNPJ/MF sob o número vem, pelo seu
representante legal infra-assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções
definidas nos arts. 7º e 9º, da Lei nº 10.520/02, **declarar** que cumpre os requisitos legais
para efeito de enquadramento como Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte
(EPP), estando apta a usufruir dos direitos de que tratam a Lei Complementar Federal nº
123/06 e suas alterações, bem como a Lei Municipal nº 8.768/17 e **não incide em
qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da referida da Lei Complementar,**
sendo considerada:

- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar
Federal nº 123, de 14/12/2006;
() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº
123, de 14/12/2006.
() Sociedade Cooperativa de Consumo que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita
bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de
dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, conforme estabelece o art.
34 da Lei 11.488/07.

Em de de 2021.

Representante legal da empresa e
carimbo da licitante



PREFEITURA DE
CAMPOS
UMA NOVA HISTÓRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
Comissão Permanente de Licitação
Pregão Presencial nº 013/2021

Processo nº 2021.204.000186-5-PR
Data: 02/08/2021

Anexo VII – Termo de Referência



TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO:

Elaboramos o presente Termo de Referência que através do procedimento legal pertinente, estabelece as normas específicas do Pregão Presencial para aquisição de material e equipamentos de Jardinagem para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos humanos e o Centro Administrativo José Alves de Azevedo - CAJAA, na conformidade das especificações deste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1- O Pregão Presencial para aquisição de material e equipamentos de jardinagem citado neste, faz-se necessário para o bom andamento dos trabalhos dos servidores no atendimento da realização dos serviços de execução e manutenção dos jardins do Centro Administrativo José Alves de Azevedo - CAJAA, sede do poder executivo do município, tendo em vista que tal material é essencial à continuidade e manutenção dos serviços realizados, diante do aumento da demanda de serviços oferecidos, bem como, agilizar e facilitar a manutenção que deve ser constante, evitando assim a necessidade de fazer grandes estoques e baratear a compra dos materiais por maior demanda;

2.2- Para se chegar à quantidade solicitada de materiais levou-se em consideração a área dos jardins, a quantidade e espécies de plantas, árvores e arbustos, máquinas necessárias e histórico mensal de serviços realizados, como também, o número de servidores, a melhoria da infra-estrutura dos equipamentos e viabilização de tecnologia, mantendo o Centro Administrativo José Alves de Azevedo - CAJAA em pleno funcionamento, possibilitando aos funcionários o bom desempenho de suas funções, capaz de agilizar e melhorar o atendimento;

2.3- Nos últimos anos a demanda pelos serviços tem sido crescente e, portanto, ressalta-se a necessidade constante de melhorias nas condições estruturais e materiais que viabilizem intervenções qualitativas e quantitativas adequadas.

3. DO OBJETO:

O presente Termo tem por objeto o Pregão Presencial para aquisição de material e equipamentos de jardinagem em geral, através de empresa especializada, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e o Centro Administrativo José Alves de Azevedo - CAJAA, conforme especificações contidas neste Termo de Referência e seu anexo "DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS".

4. DO VALOR ESTIMADO:

41

4.1- O valor global estimado do objeto deste Termo de Referência é de R\$ 34.421,79 (trinta e quatro mil, quatrocentos e vinte e um reais e setenta e nove centavos), conforme orçamento e planilha de composição de quantidades apresentados em seu anexo "DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS";

4.2- os valores estão fundamentados nos preços praticados no mercado para fins de início do procedimento, cuja ratificação de valores estará vinculada à pesquisa atualizada a ser realizada pelo setor de compras.

5. DA CONTRATAÇÃO:

5.1- A entrega deverá ser de forma imediata e integral dos bens. O contrato decorrente desta licitação será assinado conforme previsão do artigo 62 da Lei Federal 8.666/93;

5.2- O prazo previsto para assinatura do contrato será de no máximo 05(cinco) dias, contados da convocação para a sua formalização, podendo ser prorrogado uma só vez, por igual período, nas situações previstas no § 1º, do art. 64, da Lei Federal 8.666/1993, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da mesma Lei.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1- As despesas decorrentes da contratação correrão pelos códigos 04.122.0095.2271.0000, relativo ao PROGRAMA DE TRABALHO E NATUREZA DE DESPESA 44905299 e 33903022.

7. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO:

7.1- A ordem de fornecimento, consubstanciada em ofício, deverá conter data de expedição, quantidade pretendida, local e prazo para entrega, descrição dos itens solicitados, preços unitário e total, carimbo e assinatura do responsável pela requisição;

7.2- O prazo previsto para entrega do objeto deverá ser de no máximo 05(cinco) dias, após assinatura do contrato e ordem de fornecimento, de acordo com o item 5, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal e Campos dos Goytacazes - RJ, situado na Av. XV de Novembro, 170/174, bairro Sumaré, Campos dos Goytacazes - RJ, de segunda a sexta feira, das 08:00 as 16:00 horas, exceto feriados;

7.2.1- No ato da entrega, os prazos de validade mínima dos produtos deverão ser de 06(seis) meses.

7.3- Os materiais adquiridos serão objeto de recebimento provisório e definitivo, nos termos do art. 73, II "a" e "b", da Lei Federal 8.666/1993;

7.4- A critério da Contratante, os materiais adquiridos serão submetidos à verificação, cabendo ao fornecedor a substituição dos que vierem a ser recusados, no prazo máximo de 05(cinco) dias;

7.5- O aceite/aprovação dos produtos pela Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios ou defeitos de quantidade ou qualidade dos produtos ou disparidades, com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo à Contratante as faculdades previstas no art. 18, da Lei Federal 8.078/1990;

7.6- A Contratada deverá comunicar, por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo esta seja

verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à Contratante até 24(vinte e quatro) horas antes da entrega;

7.7- A Contratante poderá se recusar a receber o objeto licitado, caso este esteja em desacordo com a proposta apresentada pela empresa vencedora, fato que será devidamente caracterizado e comunicado à empresa, sem que a esta caiba direito de indenização;

7.8- Correrão por conta exclusiva da Contratada as despesas com frete, transporte, seguro e demais custos advindos da execução dos serviços e entrega do objeto nas dependências da Contratante.

8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.1- Atestado ou Certidão de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu material compatível com o objeto deste Termo de Referência;

8.2- A comprovação deverá ser feita por meio de apresentação de documentos devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou Órgão que adquiriu os produtos.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

9.1- O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias corridos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminando o material, a quantidade fornecida, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada, seguido de recibo de quitação e requerimento solicitando o pagamento do valor faturado, acompanhados das certidões necessárias;

9.2- O eventual erro nos valores constantes da nota fiscal/fatura será comunicado à Contratada, ficando o pagamento susinado/suspenso até a correção do erro;

9.3- O pagamento ficará condicionado que a Contratada atenda a todas as condições de habilitação no que diz respeito à regularidade fiscal e trabalhista;

9.4- Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes - RJ, CNPJ: 29.116.894/0001-61, endereço Rua Coronel Ponciano de Azeredo Furtado, 47, bairro Pq. Santo Amaro, CEP: 28.030-045, Campos dos Goytacazes - RJ;

9.5- o pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada, a qual deverá fornecer por escrito os dados bancários para depósito.

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

10.1- DA CONTRATANTE:

10.1.1- Convocar a adjudicatária, dentro do prazo de eficácia de sua proposta para assinatura do contrato;

10.1.2- Publicar o extrato do Contrato, na forma da Lei;

10.1.3- Analisar as amostras dos materiais e emitir termo de aceite;

10.1.4- Acompanhar e fiscalizar a contratação, aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, atestar as notas fiscais e efetuar o pagamento;

10.1.5- Prestar todas as informações necessárias com clareza à Contratada para a execução da contratação;

41.

10.1.6- Comunicar, imediatamente, à Contratada as irregularidades verificadas na contratação;

10.1.7- Recusar receber os produtos licitados, caso estes estejam em desacordo com a proposta apresentada pela empresa vencedora, fato que será devidamente caracterizado e comunicado à empresa, sem que a esta caiba o direito de indenização.

10.2- DA CONTRATADA:

10.2.1- Assinar o contrato até 05(cinco) dias úteis contados da convocação para sua formalização pela Contratante;

10.2.2- Fornecer o objeto de acordo com a solicitação da Contratante, no prazo de até 05(cinco) dias úteis contados do recebimento da ordem de fornecimento;

10.2.3- Atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência do quantitativo contratado;

10.2.4- Responsabilizar-se por todos os ônus referentes à confecção e entrega dos materiais, incluindo impostos, empregados e todas as despesas, diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive frete, sem qualquer ônus à contratante, durante a vigência da contratação;

10.2.5- Providenciar a imediata substituição das deficiências apontadas pela fiscalização na entrega dos materiais;

10.2.6- Comunicar, por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas;

10.2.7- Manter, durante toda a execução da contratação, as mesmas condições da habilitação;

10.2.8- Não transferir a terceiros, por qualquer forma nem mesmo parcialmente, as obrigações da contratação sem prévia e expressa anuência da Contratante;

10.2.9- Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízo que vier causar à Contratante ou a terceiros, em decorrência da má qualidade do produto, tendo com agente a Contratada;

10.2.10- Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o(s) material (is) que estiver(em) em desacordo com as especificações deste TR, e/ou aquele em que for constatado dano em decorrência de transporte ou acondicionamento, no prazo máximo de 05(cinco) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

10.2.11- Assumir toda e qualquer responsabilidade quanto à qualidade dos materiais fornecidos;

10.2.12- comprometer-se a prestar a garantia estabelecida nas especificações técnicas constantes de cada item deste termo de Referência.

11. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

12.1- O licitante, antes da apresentação de sua proposta comercial deverá tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações que assumirá se contratado, pois não será admitido alegar posteriormente, o desconhecimento de informações locais para justificar atrasos ou inexecução de obrigações contratuais;

iff

12.2- será adotado como critério de julgamento das propostas o menor preço por item, sendo vencedora a licitante que ofertar o menor preço entre os apresentados na sessão de julgamento das propostas.

12. CRITÉRIOS PARA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO:

12.1- Os produtos deverão ser entregues de acordo com os padrões de qualidade, acondicionamento, manuseio e transporte, respeitados as quantidades solicitadas pela Contratante e observadas as regras específicas fixadas no presente Termo e Edital;

12.2- a entrega deverá ser acompanhada de cópia do respectivo contrato, da Nota de Empenho e do original da Nota Fiscal, a qual registrará, obrigatoriamente:

12.2.1- Número da Nota de Empenho e do Contrato;

12.2.2- a discriminação do material encomendado, e;

12.2.3- dados bancários para pagamento: Banco, Agência, Conta Corrente.

12.3- à Contratante é reservado o direito de solicitar a substituição dos produtos no prazo de 48(quarenta e oito) horas, que não se apresentarem em boas condições ou estiverem em desacordo com as especificações. As eventuais substituições, durante o contrato, deverão ser feitas no padrão equivalente ou superior ao estipulado sem acréscimo de valor à Contratante;

12.4- a fiscalização da administração pública se incumbirá de discutir e avaliar, constantemente, o teor, a qualidade dos produtos e o andamento de sua execução e fazer exigências, quando necessárias;

12.5- a fiscalização dos serviços pela Contratante não exonera a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas contratuais;

12.6- a atestação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao fornecimento caberá ao Fiscal do Contrato ou a outro servidor designado para esse fim;

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

São sanções passíveis de aplicação a licitante vencedora inadimplente, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação pertinente:

13.1- Em caso de atraso na entrega do material objeto do presente Termo de Referência, nos dias, local e horário estipulado pela Secretaria será aplicada a multa de 0,3% (três décimo por cento) por dia por atraso injustificado, até o limite de 10%(dez por cento) a ser calculada sobre o valor total do contrato;

13.2- não se aplica a multa, em casos fortuitos ou de força maior, condicionado a contratada a apresentar justificativa por escrito em até 24(vinte e quatro) horas antes do fornecimento do material;

13.3- na hipótese da não aceitação da justificativa do atraso, o valor das multas será deduzido da importância a ser paga à empresa licitante contratada;

13.4- pelo não cumprimento total ou parcial do objeto do contrato poderá a Administração Municipal, garantida prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

13.4.1- Advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos à Administração;

eff.

13.4.2- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo de até 02(dois) anos;

13.4.3- declaração de inidoneidade, que o impede de participar de licitações, bem como de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

13.4.4- as penalidades previstas neste tópico não excluem outras decorrentes na Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações;

13.5- a aplicação de quaisquer das penalidades previstas não impede a rescisão contratual;

13.6- a aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da contratada, na forma prevista da lei;

13.7- não se aplica a multa, em casos fortuitos ou de força maior, condicionado a contratada a apresentar justificativa por escrito em até 24(vinte e quatro) horas antes do fornecimento do material;

13.8- Apresentar documentação falsa, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal: aplicação das sanções previstas nos subitens "13.4.1" (calculada sobre o valor total estimado da contratação) e "13.4.3";

17.9- Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos do Edital, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade;

17.10- As sanções de advertência, de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa;

17.11- As penalidades fixadas serão aplicadas através de Processo Administrativo, a cargo da autoridade competente, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa;

17.12- As sanções administrativas serão registradas no D.O.M. (Diário Oficial Municipal).

14. DO CONTRATO / DO ADITAMENTO DO CONTRATO:

14.1- As cláusulas contratuais obedecerão às disposições legais, bem como poderão atribuir outras cláusulas de acordo com o setor de Almoxarifado e Secretaria de Administração e Recursos Humanos e objeto empregado, para fins de efetividade e legalidade, nos termos da Lei Federal 8.666/93;

14.2- dar-se-á rescisão contratual das partes nos termos da aplicação do Artigo 77, 78, 79 e 80 da Lei Federal 8.666/1993;

14.3- o órgão gestor do Pedido poderá solicitar ao Ordenador de Despesa ADITAMENTO CONTRATUAL nos termos do art. 57, 65 e 78 da Lei Federal 8.666/1993.

15. DA FISCALIZAÇÃO:

15.1- A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato caberão a Contratante, através de servidor designado, com poderes para verificar se os materiais serão entregues de acordo com o previsto, fazer advertência quanto qualquer falta, aplicar multas e demais ações necessárias a Contratada;

af.


15.2- A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.




16. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As empresas licitantes devem submeter-se integralmente às exigências deste Termo de Referência.
Os casos omissos desse pleito serão dirimidos pela legislação vigente, em especial a Lei 8.666/1993.




Campos dos Goytacazes - RJ, 26 de maio de 2021.





Carlos Frederico da Silva Paes
Subsecretário Municipal de
Administração e Contratos
RGC: 40.285





137

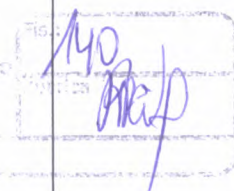
ANEXO
DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:





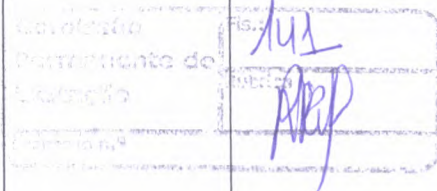
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1.	<p>Pá quadrada com cabo de madeira, 71cm, novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	20
2.	<p>Ancinho curvo leve, temperado em todo o corpo da peça, fabricado em aço carbono, com cabo de madeira, Medidas: Ancinho: 2 mm de espessura, 14 dentes, olho de 29 mm de diâmetro, cabo 150 cm, tamanho total: 153 cm, novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	20
3.	<p>Vassoura jardim, metálica, jardinagem, 22 dentes, com cabo de madeira, 120cm, novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	20

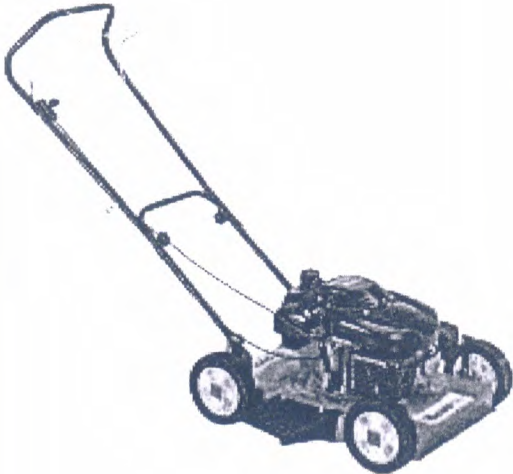
4.	<p>Vassoura tipo gari, cepa de madeira 37,5cm, indicada para varrer pisos ásperos, irregulares, especificações: Material das cerdas: piaçava; Largura da cepa: 65 mm, Comprimento da cepa: 37,5cm, Altura das cerdas: 90mm, Número de fileiras: 5 fileiras Comprimento do cabo: 1,20m, Material do cabo: madeira plastificada, novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	60
5.	<p>Tesoura Para Grama 12'', cabo de madeira, novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	20
6.	<p>Enxada Larga 2,5 Libras, com cabo, produzido com aço carbono, forjada, temperada e afiada, com cabo longo de madeira 150cm com cunha, novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	20



7.	<p>Enxada, com cabo, produzido com aço carbono, forjada, temperada e afiada, com cabo longo de madeira 150cm com cunha, novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	20
8.	<p>Cavadeira Articulada Metálica, com cabo em madeira 110cm, fabricada em aço carbono especial de alta qualidade; articulada, Dimensões aproximadas do produto: 129x11x12cm, novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	20
9.	<p>Cavadeira Reta 9" com Cabo de madeira 120cm, afiada, olho de 35mm de diâmetro, novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	20

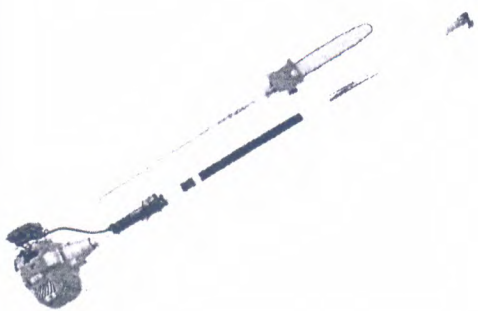



10.	<p>Carrinho de Mão Extraforte, acabamento com pintura eletrostática a pó com maior proteção contra oxidação, empunhaduras ergonômicas, Borda reforçada, Eixo em aço de alta resistência e bucha em nylon autolubrificante, Caçamba metálica reforçada de 0,9 mm [chapa 20], com capacidade para 80L. Braço metálico de cantoneira, Pneu com câmara 3.5/8", novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	<p>20</p>
11.	<p>Tesoura de poda para poda leve, própria para poda de frutíferas, flores e plantas ornamentais, lâmina metálica, trava de segurança e cabo plástico anatômico e ergonômico, novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	<p>20</p>

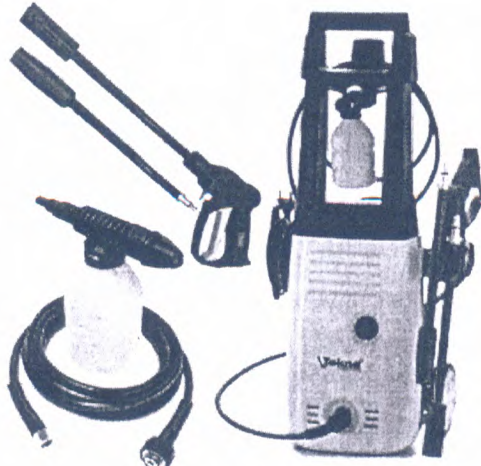



12.	<p>Cortador de Grama com potência de 6,5 HP à Gasolina 4T, Equipado com afogador manual e válvula de combustível para facilitar a partida do motor, bujão para facilitar a drenagem do óleo do cárter, controle manual de aceleração e baixo índice de vibração e ruído, Cabo ergonômico e dobrável; Base em chapa de aço de 1,9mm de espessura; Rodas de polietileno de alta densidade revestidas com pneu PVC; Equipado com motor TRAPP, movidos a gasolina comum (não aditivada), Consumo de combustível aproximadamente 1 litro/h; Lubrificante óleo SAE 20W50; Saída Lateral; Regulagem de altura de corte em 5 posições, com variação de 2,5 a 7 cm (sistema de regulagem de altura individual nas 4 rodas); Rendimento aproximado de 800m/h; Garantia: 12 meses. Capacidade do Tanque de Combustível: 1,7 litros, Capacidade óleo do Cárter: 0,6 litro, Faixa de corte: 48 cm, Rotação: 3000 rpm, novo.</p> <div data-bbox="464 1167 978 1639">  </div> <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	02
-----	--	---------	----



13.	<p>Roçadeira Semi-Profissional, motor 2 tempos com potência de 43cc, com motor à combustão, Ignição eletrônica, Guidão ergonômico, Acionamento de corte, Cinto, suporte com apoio duplo e costal, Cobertura do cilindro integrada, Arranque manual com mola retrátil, Sistema de partida com redução de impacto, esforço na hora do arranque, carburador membrana que permite trabalhar em 360°, Potência nominal (HP/RPM): (1.50 kW) 2.00HP a 6.500 RPM, Rotação máxima sem carga: 8.950 RPM, Lâmina de corte: 3 pontas, com possibilidade de uso de Cabeçote de nylon, novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	02
14.	<p>Podador para uso em parques, praças, jardins e também para podas domésticas, Bomba de combustível manual (Purger), Arranque rápido, ElastoStart, Sistema anti-vibratório, Tipo motor: 02 tempos, Capacidade tanque combustível: 0.22L, Rotação lenta: 2800Rpm, Rotação máxima: 9.500Rpm, Cilindrada: 27,2cc, Potência: 0.75Kw / 1cv, Peso: 4,7Kg, novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	02

15.	<p>Podador de galhos, haste telescópica, Voltagem: 220V, barra de 20cm, tubo telescópico de 2,9 metros, com freio mecânico e empunhadura emborrachada, Motor: universal com escovas, Potência: 750 watts, Rotação do motor: 7500 rpm sem carga, Comprimento da barra: 20 cm - 8", Velocidade da corrente: 11 m/s, Rotação da corrente: 6000 rpm sem carga, Freio da corrente: freio mecânico, Lubrificante recomendado: SAE30 ou SAE10, Capacidade do tanque de óleo: 110ml, Tipo de corrente: 91P, Encaixe: A041, Passo/ calibre: 3/8"x0,050", Número de elos/cortadores: 57/28, Alcance aprox. (+altura do operador): 4,5m, Tubo: telescópico, Classe de isolamento: classe 2, novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	02
16.	<p>Facão Para Mato Aço Carbono 15", Cabo De Madeira De Lei, Dimensões da Facão: 52cm (C) x 4,5cm (L) x 2cm (A), Espessura da Lâmina: 2mm, Comprimento da Lâmina: 38cm Faca com perfil integral, full tang, novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	20





17.	<p>Lavadora de Alta Pressão. Característica Geral: Pistola de alta pressão, Engate rápido - Sistema Stop Total: corta o fluxo de água e a energia do motor ao soltar o gatilho - Lança com bico de alta pressão - Mangueira de alta pressão 7,5 metros - Suporte para a lança - Pistola, mangueira e suporte para o cabo elétrico - Pressão: 1650PSI (110V) vazão: 420 (110V), consumo de energia (KW/h) 1Kw/h até 13 KW/h, Garantia de 12 meses. Conteúdo da Embalagem: 1 Lavadora de Alta Pressão - 1 Bico de Alta Pressão - 1 Mangueira - 1 Pistola - 1 Alça - 1 Manual de instruções, novo .</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	02
18.	<p>Luva de segurança modelo Standart, confeccionada em malha de algodão tricotada em 4 fios com pigmentos de PVC em uma face, acabamento em overlock e com elásticos no punho, Tamanho único, Aprovada pela NBR 13712/1996, novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Par	100

145
Map

19	<p>Protetor Auditivo Tipo Concha, composto por 2(duas) Conchas e 1 (um) Arco (Haste), construído em Plástico rígido, espuma porus bem fechada, acondicionada internamente na concha, Possui almofada externa, espuma com revestimento de PVC emborrachado, sendo fixado na borda da concha para conforto e abafamento da orelha do usuário. Arco e Concha na cor preta. Encaixe das Conchas no Arco é por pinos com sistema de regulação para melhor atender as dimensões das cabeças dos usuários, novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	60
20.	<p>Escada 100% Alumínio Extensiva 2 x 11 Degraus 3,37 x 5,61ms, que ofereça três modos de utilização: extensível, aberta e simples, que suporta até 150Kg e alcança até 5,61 metros, que conte com rodas que facilitam o uso, sistema de articulação com encaixe de travamento, abertura cônica dos pés e sapatas antiderrapantes, largura: 59,00cm, comprimento: 3,37m.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	02



21.	<p>Torre de andaime completa, contendo 10 peças de andaimes de 1,00x1,50m, sendo o ultimo andar funcionando como guarda-corpo, em tubos 42,40mm, parede 2,65mm conforme NBR 6591 e fabricados conforme NR 18 - 04 plataformas de 1,50x0,37m, antiderrapante, reforçado, de acordo com a NR 18 e NBR 6494 - 02 travas laterais - 02 travas diagonais - 04 rodízios 6x2 - 05 escadas marinheiro de 1,00 metros - 04 sapatas reguláveis peça de 50cm, material: ferro, dimensão da base: 11X11cm, espessura da chapa da base quadrada: 5mm, altura: 50cm, área de regulagem: até 35cm de altura, diâmetro do tubo: 1 1/4" - novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	01
22.	<p>Óculos de proteção individual, Fabricado em policarbonato virgem de alta qualidade, Curvatura lateral, Testado e aprovado dentro dos padrões internacionais de qualidade, Proteção: UVA e UVB, Tratamento Antiembaçante e Antirisco, Suporte Nasal arredondado adaptável e confortável, Cor Incolor, Hastes com ajustes de comprimento, novo.</p>  <p>* imagem meramente ilustrativa.</p>	Unidade	100

Obs.1: Os materiais deverão ter garantia mínima de 12(doze) meses para defeitos de fábrica e/ou transporte.

Obs.2: O quadro acima foi feito com base na especificação mínima do item, informado pelos Departamentos requisitantes, para que fosse feita a cotação prévia de mercado e chegarmos ao descritivo da proposta de preços, definido conforme a Lei Complementar 123/2006 que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa Pequeno Porte e Lei Municipal 8.768/2017.

